

A América Latina e o Caribe na metade do caminho para 2030

Avanços e propostas de aceleração

Sexto relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o **Desenvolvimento Sustentável** na América Latina e no Caribe



Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Santiago 25 a 28 de abril **2023**



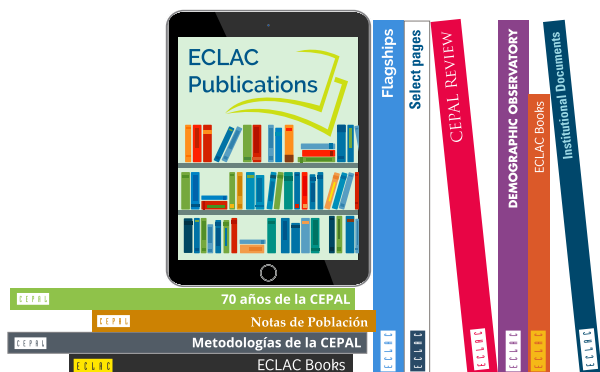
NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Trabalhando por um futuro produtivo, inclusivo e sustentável

Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.

[Register](#)



UNITED NATIONS



www.cepal.org/en/publications



www.instagram.com/publicacionesdelacepal



www.facebook.com/publicacionesdelacepal



www.issuu.com/publicacionescepal/stacks



www.cepal.org/es/publicaciones/apps

A América Latina e o Caribe na metade do caminho para 2030

Avanços e propostas de aceleração

Sexto relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o **Desenvolvimento Sustentável** na América Latina e no Caribe



Fórum dos Países
da América Latina
e do Caribe sobre
**DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**
Santiago
25 a 28 de abril **2023**



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Trabalhando por
um futuro produtivo,
inclusivo e sustentável

José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário Executivo

Raúl García-Buchaca
Secretário Executivo Adjunto
para Administração e Análise de Programas

Sally Shaw
Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

Este documento foi elaborado com a participação das divisões substantivas, sedes sub-regionais e escritórios nacionais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A redação foi coordenada por José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, e Jorge Mario Martínez, Assessor Especial do Secretário Executivo.

Na redação participaram os seguintes funcionários da CEPAL: Abdullahi Abdulkadri, Martín Abeles, Mario Acuña, Dillon Alleyne, Alberto Arenas, José Manuel Arroyo, Raquel Artecona, Diego Aulestia, Udy Bell, Hugo Beteta, Andrés Boeninger, Johann Brathwaite, Álvaro Calderón, Simone Cecchini, Esther Chong Ling, Helena Cruz, Artie Dubrie, Mareike Eberz, Luis Flores, Raquel Frederick, Natalia Genta, Marina Gil, Nicolo Gligo, Ana Güezmes, Karen Haase, Michael Hanni, Sebastián Herreros, Keiji Inoue, Bruno Lana, Andrea Laplane, Jeannette Lardé, So Jeong Lee, Julie Lennox, Debora Ley, Marco Llinás, Xavier Mancero, Ana Luíza Matos de Oliveira, Cielo Morales, Nanno Mulder, Carlos Mussi, Rolando Ocampo, Enrique Oviedo, Ramón Padilla, Alejandro Patiño, Leda Peralta, Esteban Pérez, Noel Pérez, Ramón Pineda, Paulina Pizarro, Gabriel Porcile, Diane Quarless, Rayén Quiroga, Luis Riffo, Jorge Rodríguez, Manuel Eugenio Rojas, Miryam Saade, Joseluis Samaniego, Jeannette Sánchez, Nunzia Saporito, Silvia Saravia Matus, Bárbara Silva, Humberto Soto, Pauline Stockins, Daniel Taccari, Daniel Titelman, Joaquín Tognoli, Eugenio Torijano, Valeria Torres, Ernesto Vallejo, Naja Vargas, Cecilia Vera, Damary Vilá, Laverne Walker, Alicia Williner e Luis F. Yáñez. Colaboraram também os seguintes Consultores da CEPAL: Martín Alcaíno, Verónica Cano, Pablo Chauvet, Jorge Cornick, Emilio Fueyo, Rodrigo Furtado, Conrado Jiménez, Carlos Lage, José Luis Lewinsohn, Alba Llavona, Jorge Máttar, Lisbeth Naranjo, Orlando Reyes, Jordi Rodríguez e Gustavo Saltó.

Notas explicativas dos elementos gráficos:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra “dólares” se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra colocada entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2022/2023) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Já que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *A América Latina e o Caribe na metade do caminho para 2030: avanços e propostas de aceleração. Síntese* (LC/FDS.6/4/Rev.1), Santiago, 2023.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados-Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

Índice

Prólogo.....	5
I. A América Latina e o Caribe enfrentam uma crise do desenvolvimento.....	9
II. Avanços institucionais nos meios de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	15
III. Medição do avanço no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030	23
IV. Avanços nos Objetivos 6, 7, 9, 11 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	29
A. Objetivo 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos	29
B. Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	30
C. Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.....	32
D. Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.....	34
E. Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	36

V. Reflexões finais: um olhar para o futuro	41
A. Propostas para impulsionar o cumprimento dos ODS 6, 7, 9, 11 e 17	41
B. Estratégia, prospectiva e planejamento para retomar o caminho para o cumprimento dos ODS	47
C. Iniciativas transformadoras	48
Bibliografia	53

Prólogo

Os países da América Latina e do Caribe estão na metade do período estabelecido para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O avanço nesses Objetivos e metas foi seriamente obstaculizado pela pandemia de COVID-19, que causou um forte impacto no mundo a partir de 2020 e comprometeu o progresso na consecução da Agenda em vastas regiões do planeta, inclusive na América Latina e no Caribe, a região do mundo mais afetada pela pandemia. No último biênio somaram-se acontecimentos de alcance mundial desfavoráveis para o progresso nos ODS, como o conflito na Ucrânia, as tensões comerciais e os conflitos geopolíticos, as migrações forçadas e os processos inflacionários.

A cascata de choques que afetou os países criou uma verdadeira crise do desenvolvimento na região. Em 2023 espera-se um crescimento econômico de somente 1,2%. Contudo, os desafios do desenvolvimento são de mais longa data: 2023 encerra um período de dez anos em que o crescimento médio da região foi de apenas 0,8%, menos que os 2% que caracterizaram a década perdida dos 80.

A desaceleração econômica e os choques recentes, bem como o baixo crescimento da década 2014-2023, tiveram efeitos acumulativos negativos para a realização de muitos dos ODS, o que incide na trajetória de muitas metas e põe em risco seu cumprimento até 2030. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que somente 25% das metas sobre as quais se conta com informação

mostram um comportamento que permite prever seu cumprimento em 2030. Por outro lado, estima-se que 48% delas mostram uma tendência correta, mas insuficiente, para alcançar o cumprimento e que as restantes 27% exibem uma tendência de retrocesso.

É urgente e importante implementar políticas e ações para contrabalançar as tendências negativas, fortalecer as tendências que vão na direção correta mas são insuficientes para alcançar as metas e garantir o cumprimento das metas cuja trajetória atual é a correta.

Este relatório analisa três aspectos-chave. Em primeiro lugar, examina o avanço geral na consecução de todos os ODS e depois, mais em profundidade, o avanço no cumprimento de cinco objetivos: água potável e saneamento (ODS 6); energia limpa e acessível (ODS 7); indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); parcerias e meios de implementação (ODS 17). Alguns indicadores e metas mostram preocupantes trajetórias de retrocesso, motivo pelo qual são necessárias ações imediatas para realizar investimentos, melhorar a institucionalidade e a governança relacionada e convocar esforços e compromissos compartilhados, com participação dos setores público e privado e da sociedade civil.

Em segundo lugar, argumenta que, para retomar o caminho de cumprimento das metas dos ODS até 2030, é preciso não só um esforço de maior investimento e financiamento, mas uma mudança na forma de fazer as políticas públicas. Em particular, é preciso melhorar a governança, fortalecer as instituições e as parcerias e considerar horizontes temporais mais longos nas políticas públicas. A visão de sociedade da Agenda 2030 torna necessária a formulação de políticas públicas com visão de futuro, que convoquem todos os atores sociais para a construção de cenários de futuro desejáveis e rotas e processos de diálogo e participação para alcançá-los. A envergadura dos desafios que os países da América Latina e do Caribe enfrentam implica dialogar e tomar decisões que transcendam a imediatez; nesse sentido, os ODS podem ajudar muito a articular e criar uma visão compartilhada de futuro.

Em terceiro lugar, analisa os processos institucionais concretizados em torno da implementação e acompanhamento dos ODS. Descreve a maneira em que os países vincularam seus planos de desenvolvimento e seus processos de planejamento aos ODS e como continuam participando ativamente nos exames nacionais voluntários como

exercício para avaliar e melhorar as políticas. Além disso, sublinha o crescente interesse em implementar ações que levem ao cumprimento da Agenda 2030 no âmbito subnacional e a forma em que os exames locais voluntários se converteram em um meio para que os atores subnacionais apoiem a implementação e o acompanhamento dos ODS. Também é de suma importância observar como a sociedade civil participou ativamente e estabeleceu mecanismos internos e com os governos para fazer um acompanhamento proativo e exercer uma influência positiva e construtiva para o avanço dos ODS.

Como mostra este relatório, hoje podemos dizer que a Agenda 2030 criou uma capacidade institucional que, inequivocamente, reforçou as capacidades dos países para enfrentar os desafios do futuro e preparar o caminho para criar parcerias sólidas e melhorar as políticas baseadas em dados. Essa capacidade institucional é importante para impulsionar e articular novas ações com visão de futuro para o cumprimento dos ODS.

Com base nas capacidades institucionais criadas nestes últimos oito anos a partir da construção de processos e mecanismos institucionais encarregados do acompanhamento e análise do progresso no cumprimento dos ODS, neste documento fazemos um apelo a trabalhar em várias iniciativas transformadoras que, por sua capacidade sinérgica e sua visão de futuro, podem convocar múltiplos atores e repercutir positivamente em diversos ODS simultaneamente.

A CEPAL confia em que os países latino-americanos e caribenhos, com o apoio decidido dos organismos, fundos e programas das Nações Unidas, revitalizarão os compromissos e os meios de implementação dos ODS, mediante iniciativas de alto impacto que reativem e acelerem o progresso no cumprimento dos Objetivos e metas e reativem e alimentem também as esperanças das populações da região de que um futuro mais próspero, produtivo, inclusivo e sustentável é possível e está em construção.

José Manuel Salazar-Xirinachs

Secretário Executivo

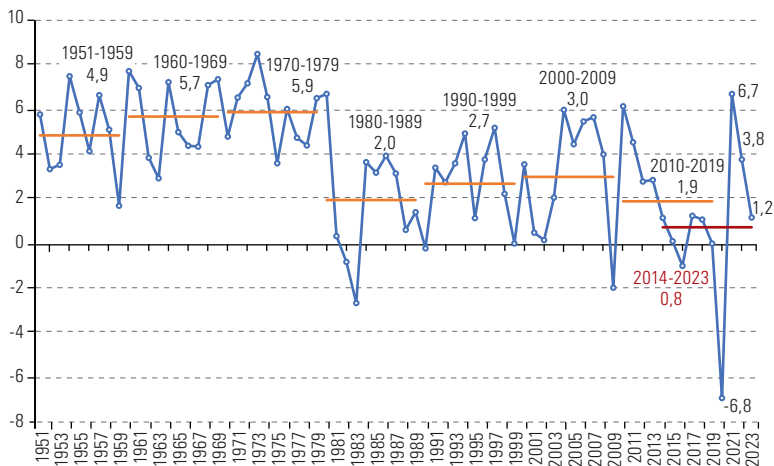
Comissão Econômica para a
América Latina e o Caribe (CEPAL)

I. A América Latina e o Caribe enfrentam uma crise do desenvolvimento

A América Latina e o Caribe enfrentam dificuldades e incertezas geradas por crises globais em cascata (climática, de biodiversidade, saúde, emprego, educação, segurança alimentar e custo de vida), o que impõe grandes desafios para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O baixo crescimento da economia mundial e as pressões inflacionárias, ambos derivados da crise provocada pela pandemia de COVID-19 e acentuados pelo conflito na Ucrânia, provocaram um aumento do endividamento externo, menor espaço fiscal e maior volatilidade do sistema financeiro global. Depois do crescimento do PIB registrado em 2021 (6,7%) e de uma expansão estimada de 3,8% em 2022, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que o crescimento da região seria de 1,2% em 2023. Contudo, a região parece estar numa armadilha de baixo crescimento no longo prazo, já que a década terminada em 2023 será a de menor crescimento (0,8% em média) desde 1950 (veja o gráfico 1).

Esta trajetória de baixo crescimento está relacionada não só com um baixo crescimento da produtividade, mas também com o comportamento do investimento (especialmente o investimento público), que se transformou numa limitação estrutural do crescimento da América Latina e do Caribe, já que sua reativação sustentada é central para o crescimento sustentável e inclusivo. O coeficiente do investimento total na região é dos mais baixos do mundo e permaneceu estagnado num nível próximo de 19% do PIB nas últimas três décadas.

Gráfico 1
América Latina e Caribe: taxa de crescimento do PIB, 1951-2023
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
Nota: A cifra de 2022 é uma estimativa e a de 2023 uma projeção.

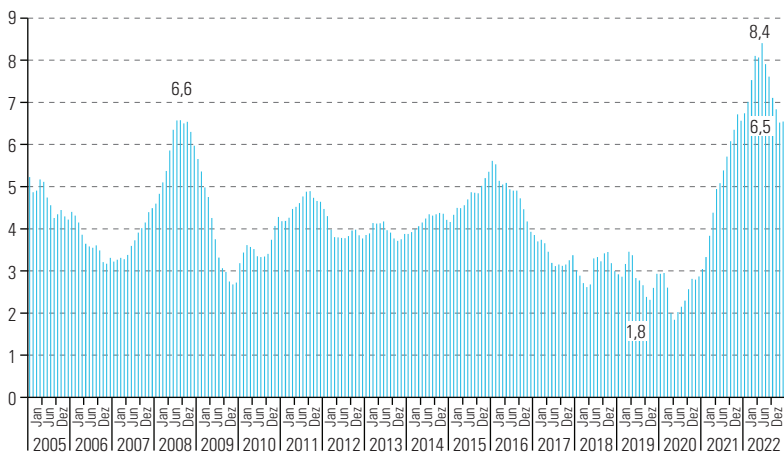
As condições macrofiscais da última década tampouco foram favoráveis para o cumprimento dos ODS. Antes de 2020, a região mantinha déficits fiscais persistentes e elevados, especialmente no caso dos países do Caribe, que também foram afetados por sucessivos desastres de origem natural. A região enfrentou a irrupção da pandemia de COVID-19 com uma baixa capacidade de resposta, o que elevou os déficits fiscais; contudo, à medida que os países retiraram os programas de emergência implementados devido à pandemia, reafirmou-se uma tendência generalizada à consolidação fiscal.

O baixo crescimento econômico, causado em boa medida pela estagnação da produtividade do trabalho, foi acompanhado, como era de se esperar, por uma baixa criação de empregos de qualidade, além de importantes assimetrias de gênero e idade nos mercados de trabalho. A pandemia provocou em 2020 uma contração inédita de 8,2% no número de ocupados. O processo de normalização das atividades em 2021 e 2022 se traduziu em uma recuperação dos níveis de ocupação anteriores à pandemia, embora permaneça o desafio de criar

empregos de qualidade; estima-se que em 2022 a taxa média regional de informalidade do trabalho tenha sido de 48,1%, com importantes diferenças entre as zonas rurais (76,2%) e as urbanas (44,8%).

A inflação na região, como no resto do mundo, aumentou. Em junho de 2022 a inflação acumulada em 12 meses alcançou uma média regional de 8,4% e, embora tenha diminuído para 6,5% no fim de 2022, ainda está 3,6 pontos percentuais acima da registrada em dezembro de 2019 (veja o gráfico 2).

Gráfico 2
América Latina e Caribe: taxas de variação do índice de preços ao consumidor (IPC) em 12 meses, janeiro de 2005 a dezembro de 2022
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
Nota: Não se incluem nas médias as economias com inflação crônica (Argentina, Cuba, Haiti, Suriname e República Bolivariana da Venezuela).

Para enfrentar a inflação, desde meados de 2021 as autoridades monetárias da região adotaram políticas monetárias restritivas e implementaram ações no âmbito cambial. O aumento da inflação provoca um dilema: por um lado, reduz a capacidade aquisitiva dos consumidores, acentuando a pobreza e a desigualdade, mas, por outro, políticas monetárias restritivas poderiam aumentar a desaceleração da atividade econômica, ao desincentivar o consumo e o investimento.

Por sua vez, o processo de globalização enfrenta mudanças derivadas de revoluções tecnológicas que geram tensões entre as três “fábricas mundiais” (Estados Unidos, União Europeia e China), bem como, mais recentemente, de um agravamento das tensões geopolíticas. Após a crise financeira de 2008-2009, tanto o comércio de bens e serviços, arrastado pela contração do turismo, como o investimento estrangeiro direto (IED) mostraram menor dinamismo do que em anos anteriores. A pandemia de COVID-19 agravou essas tendências e acentuou a desaceleração da globalização (salvo em sua dimensão digital, que se expressa no crescimento do comércio de serviços habilitados pelas tecnologias da informação). O cenário de uma crescente regionalização das cadeias de suprimentos e de sua governança implica o risco de uma fragmentação produtiva e normativa do comércio mundial. Essa situação, se for aprofundada, teria altos custos para a América Latina e o Caribe, já que, ao contrário de outras regiões, esta região não conseguiu gerar um espaço altamente integrado que lhe permita reduzir sua exposição às mudanças nas políticas comerciais e produtivas de seus principais parceiros extrarregionais. Para alguns países da América Latina e do Caribe, essa regionalização também oferece algumas oportunidades associadas com a reconfiguração de cadeias produtivas.

Para que a região eleve suas taxas de crescimento econômico e com isto crie condições mais favoráveis ao avanço no cumprimento dos ODS, são fundamentais as políticas de desenvolvimento produtivo, a fim de obter um crescimento mais alto, sustentado, inclusivo e sustentável. Trata-se de induzir mudanças na matriz produtiva, torná-la tecnologicamente mais sofisticada e intensiva em conhecimento, mais diversificada e capaz de gerar melhores empregos e, portanto, mais inclusiva, ao mesmo tempo que se descarboniza e se torna mais sustentável. Essa mudança estrutural geraria benefícios ambientais: a análise das emissões de gases de efeito estufa (GEE) da região indica que suas principais fontes se localizam nas atividades primárias. Isto significa que a mudança estrutural na América Latina e no Caribe permitiria não só avançar para atividades de maior valor econômico, mas também reduzir a poluição por cada unidade de valor econômico.

Apesar de gerar somente 10% das emissões mundiais de GEE, a América Latina e o Caribe (especialmente a América Central e o Caribe) são muito mais vulneráveis aos efeitos da mudança climática do que as regiões que mais poluem. Além do valor intrínseco de preservar

a diversidade de formas de vida do planeta, os profundos impactos na natureza causados pelas atividades que afetam negativamente a sustentabilidade geram riscos para os sistemas produtivos e o bem-estar social, especialmente para os ODS.

As inovações tecnológicas, especialmente os avanços nos âmbitos da inteligência artificial e da robótica, têm o potencial de produzir poupança de mão de obra, mas podem traduzir-se em aumento da desigualdade. Na ausência de políticas de desenvolvimento produtivo combinadas com políticas sociais que gerem um processo de “destruição criativa” virtuoso, os estratos vulneráveis da população correm o risco de empobrecer ante choques deste tipo ou outros provenientes de fora da região.

A região sofre uma insuficiência em suas políticas distributivas, ao mesmo tempo que seus sistemas de proteção social são segmentados e restringidos. Persistem grandes lacunas entre a população nativa e a população migrante no acesso ao emprego formal, proteção social e trabalho decente, que guardam relação com as dificuldades de regularização e a ausência de facilidades para a inclusão no mercado de trabalho.

A evolução do gasto público social dos governos centrais da América Latina mostra que durante as décadas de 2000 e 2010 houve uma tendência de crescimento relativamente estável em relação ao PIB e ocorreram aumentos significativos após a crise financeira mundial de 2008 e após o início da pandemia em 2020. Esses dados evidenciam a capacidade de reação dos países, mas revelam também suas restrições para atuar de maneira preventiva e integral.

O trabalho de cuidados não remunerado possibilita a existência do sistema econômico, mas com base em uma divisão sexual do trabalho assimétrica, em que as mulheres estiveram historicamente vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados. Se o Estado proporciona pouco apoio, articulação e regulação para a provisão de cuidados, o trabalho feminino não remunerado é o que de forma não equilibrada garante a manutenção da sociedade e a reprodução da força de trabalho. Além disso, a divisão sexual do trabalho amplia as diferenças entre as mulheres que podem pagar por serviços de cuidado e as que não podem fazê-lo. Também devemos considerar nesta matéria as desigualdades por motivos raciais, étnicos e territoriais que subsistem na região.

As crescentes demandas sociais e a necessidade de enfrentar a mudança climática num contexto de baixo crescimento econômico são razões para reformular as políticas macroeconômicas e de desenvolvimento produtivo, a fim de evitar que a economia seja determinada somente pela dotação de fatores e contribuir para lhe dar uma direcionalidade com sentido de futuro. Frente às grandes demandas de investimento que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável implica, é essencial fortalecer a capacidade fiscal do Estado, concedendo-lhe os recursos necessários para viabilizar um maior gasto público. É essencial também formular um marco integrado de financiamento e favorecer investimentos em projetos com altos rendimentos no que se refere ao desenvolvimento sustentável.

Criar esta institucionalidade pendente é fundamental para recuperar e manter o curso que levaria ao cumprimento das metas dos ODS. A esse respeito, o capítulo V propõe um conjunto de iniciativas estratégicas transformadoras com alto potencial dinamizador para o cumprimento dos ODS e a geração de efeitos multiplicadores entre eles.

II. Avanços institucionais nos meios de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Os Estados, os organismos internacionais, a sociedade civil e o setor produtivo, em diversos níveis e com diferentes capacidades, efetuaram mudanças em suas políticas, nas medições de seus resultados e nas parcerias de trabalho para o cumprimento dos ODS. Isto deixou uma pegada institucional positiva, que se reflete nas instituições públicas, privadas e da sociedade civil, que se esforçam para cumprir os ODS em todos os níveis e setores. Isto representa um bom sinal para o futuro, já que o êxito na implementação da Agenda 2030 repousa nas mudanças e na força institucional para manter o esforço por longos anos.

A América Latina e o Caribe criaram uma institucionalidade e uma coordenação importante para alcançar os Objetivos da Agenda 2030. Quinze países da região estabeleceram mecanismos de coordenação *ad hoc* para acompanhar a implementação da Agenda 2030. Os 18 países restantes, majoritariamente do Caribe, designaram uma instituição pública subordinada à presidência, um ministério ou outra entidade pública como responsável por esse acompanhamento. Os mecanismos de coordenação permitiram implementar ações colaborativas multissetoriais para abordar os problemas do desenvolvimento de forma integral e com uma linguagem comum.

A responsabilidade pelo acompanhamento e pela apresentação de relatórios sobre os avanços nos indicadores dos ODS recai, em geral, nos respectivos ministérios setoriais e institutos de estatísticas. Isto representa um desafio no sentido de fortalecer a capacidade técnica e humana para a coleta de dados e a articulação de soluções integrais. Na

maioria dos casos, a participação da sociedade civil, setor acadêmico, setor privado e cidadania ocorre em espaços de diálogo, consulta, divulgação e capacitação. Somente em alguns países a participação de atores não estatais é formalizada como parte dos arranjos institucionais para o acompanhamento da implementação da Agenda 2030. O desafio é ampliar e fortalecer a participação efetiva dos atores sociais no acompanhamento e avaliação do cumprimento dos ODS.

Os exames nacionais voluntários (ENV) identificam desafios específicos e soluções inovadoras para a implementação e o acompanhamento da Agenda 2030 e favorecem o diálogo entre múltiplos atores e a coordenação interinstitucional. Os ENV permitem comunicar os avanços do país no cumprimento da Agenda 2030 e seus Objetivos de uma forma clara e integral. Até o início de 2023, 31 dos 33 países da região haviam apresentado ao menos um exame nacional voluntário ao fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável. Os exames evoluíram de um relatório estático sobre metas e objetivos à construção de uma visão de país em que cada exame consecutivo aborda os avanços de um processo contínuo.

A Comunidade de Prática sobre os exames nacionais voluntários dos países da América Latina e do Caribe, estabelecida pela CEPAL em dezembro de 2019, é uma plataforma regional reconhecida para a aprendizagem entre pares sobre a implementação da Agenda 2030 e os ODS. É um espaço informal de intercâmbio de boas práticas entre as equipes técnicas encarregadas do acompanhamento e da coordenação da implementação da Agenda 2030 em geral, e do processo de elaboração do ENV em particular, nos diferentes países. Inclui funcionários dos governos, profissionais, pesquisadores e técnicos, bem como representantes das Nações Unidas. A Comunidade de Prática conta com 188 membros dos 33 países da região e desde sua criação realizou 48 reuniões. Às vezes, convidam-se jovens e representantes da sociedade civil, setor privado e setor acadêmico, bem como autoridades locais e outros atores importantes.

Na maioria dos países, as entidades responsáveis pelo planejamento participam do acompanhamento da Agenda 2030. Alguns países priorizam o alinhamento da Agenda 2030 com as visões e estratégias de longo prazo, o que contribui para eliminar a duplicidade de esforços e melhorar o acompanhamento dos Objetivos e metas. Dos 18 instrumentos de

planejamento a longo prazo vigentes sobre os quais se tem registro na região, sete incluem um exercício de alinhamento de seus objetivos e estratégias setoriais de desenvolvimento nacional com os ODS. Além disso, dos 14 instrumentos de planejamento a médio prazo, cinco incluem o alinhamento de seus objetivos e estratégias setoriais com os ODS (veja o quadro 1). Os países também avançaram no reconhecimento da importância de alinhar o investimento público com os ODS através de diversos instrumentos e critérios utilizados durante o ciclo de gestão dos investimentos.

Quadro 1

América Latina e Caribe: instrumentos de planejamento vigentes no médio e longo prazo que contêm exercícios de alinhamento de objetivos nacionais de desenvolvimento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

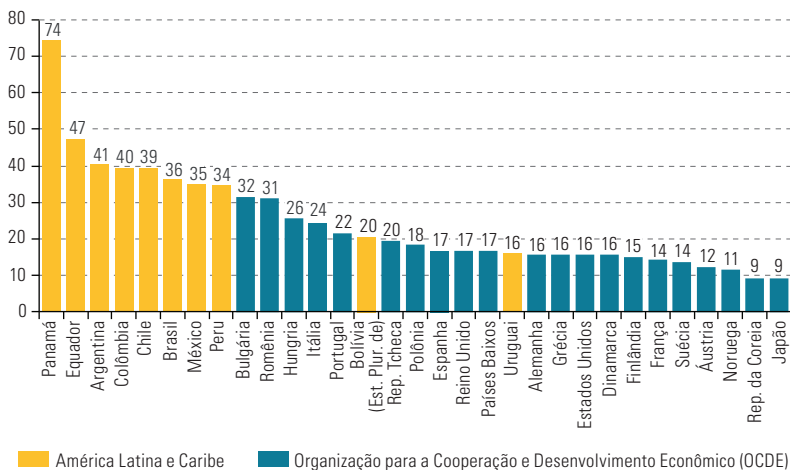
Sub-região	País	Instrumento	Temporalidade
América Central	Guatemala	Plano Nacional de Desenvolvimento K'atun: Nossa Guatemala 2032	Longo prazo
	Panamá	Plano Estratégico Nacional com Visão de Estado "Panamá 2030"	Longo prazo
Caribe	Cuba	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2030	Longo prazo
	Dominica	National Resilience Development Strategy: Dominica 2030	Longo prazo
	Jamaica	Medium Term Socio-Economic Policy Framework (MTF) 2021-2024	Médio prazo
	Granada	National Sustainable Development Plan 2020-2035	Longo prazo
	República Dominicana	Plano Nacional Plurianual do Setor Público 2021-2024	Médio prazo
	Santa Lúcia	Medium-Term Development Strategy 2020-2023	Médio prazo
	Trinidad e Tobago	Vision 2030: National Development Strategy 2016-2030	Longo prazo
América do Sul	Equador	Plano de Criação de Oportunidades 2021-2025	Médio prazo
	Paraguai	Plano Nacional de Desenvolvimento Paraguai 2030	Longo prazo
	Suriname	Multi-Annual Development Plan 2022-2026	Médio prazo

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Observatório Regional de Planejamento para o Desenvolvimento da América Latina e do Caribe [on-line] <https://observatorioplanificacion.cepal.org/es>.

No âmbito da institucionalidade para o avanço da implementação da Agenda 2030, as políticas de desenvolvimento territorial se orientam a reduzir as lacunas de desenvolvimento entre os territórios dos países da região e dentro deles.

As desigualdades socioespaciais e a concentração populacional e produtiva são elevadas na América Latina e no Caribe. Em vários países, a entidade territorial principal representa no máximo 10% da superfície total, mas concentra mais de 40% da população ou 50% do PIB (Genta e outros, 2022) (veja o gráfico 3), e às vezes apresenta um PIB *per capita* e níveis de bem-estar similares aos dos países desenvolvidos.

Gráfico 3
América Latina (10 países) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (21 países):
disparidades territoriais do PIB por habitante, 2019
(Em desvios médios do PIB por habitante)



Fonte: N. Genta e outros, “Panorama del desarrollo territorial de América Latina y el Caribe 2022”, *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2022/132), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2022.

A CEPAL identificou 225 políticas nacionais vigentes na região cujo objetivo é a redução das desigualdades territoriais; trabalha-se na criação de marcos legais, na institucionalidade e na formulação de políticas, ao mesmo tempo que se incorporam adaptações às exigências das 169 metas estabelecidas na Agenda 2030.

Para a formulação de políticas públicas, a CEPAL estabeleceu quatro critérios fundamentais que fortalecem a ação dessas políticas nos territórios: a intersectorialidade, no sentido de estabelecer diálogos permanentes sobre políticas setoriais, para promover a convergência e evitar estratégias que possam ser disruptivas com o objetivo central; a

multiescalaridade, baseada na necessidade de que as políticas sejam formuladas com a concorrência dos próprios territórios beneficiados; a intertemporalidade, que supõe imprimir urgência a algumas ações e ao mesmo tempo promover estratégias de mais longo prazo, para gerar mudanças estruturais; e a condição de que sejam políticas com múltiplos agentes, o que significa que os atores sociais dos territórios são essenciais na identificação dos problemas que enfrentam e das possíveis soluções. Finalmente, um elemento transversal de apoio a estes critérios é o fortalecimento dos sistemas de informação, acompanhamento e avaliação territorial.

Observa-se o crescente interesse de atores subnacionais e locais em apoiar a implementação e o acompanhamento da Agenda 2030 na elaboração de exames locais voluntários (ELV) que, até 2022, totalizavam 49 na região (40% do total mundial). Os ELV favorecem o alinhamento dos planos de desenvolvimento subnacionais com a Agenda 2030 e complementam os esforços de acompanhamento realizados mediante os exames nacionais. Além disso, podem servir como um impulso adicional para redirecionar o avanço no cumprimento dos ODS em 2030, ao colocar em evidência espaços de intervenção pública para alcançar as metas nas quais existe atraso. Os ELV servem como catalisadores para obter um maior compromisso das diferentes partes interessadas; amplificam as vozes das populações marginalizadas e ajudam a garantir que ninguém fique para trás; facilitam o diálogo entre os diversos níveis de governo; contribuem à elaboração dos exames nacionais voluntários e permitem compartilhar boas práticas e soluções inovadoras e replicáveis.

O sistema das Nações Unidas atribui crescente relevância aos enfoques participativos para a tomada de decisões, bem como aos diálogos e debates de múltiplos atores para a obtenção de acordos políticos. O relatório do Secretário-Geral “Nossa Agenda Comum” (Nações Unidas, 2021) reconhece a relevância da participação da sociedade civil no fortalecimento do multilateralismo e na renovação do sistema das Nações Unidas. Desde a Primeira Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável (2017), o sistema das Nações Unidas na região intensificou os esforços para promover e fortalecer a participação da sociedade civil em todas as instâncias intergovernamentais.

O Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na Agenda de Desenvolvimento Sustentável e no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável foi constituído de maneira autônoma pela sociedade civil da região¹. Seu principal objetivo é contribuir à participação significativa, democrática, sistemática, ampla, diversa e sustentada da sociedade civil organizada “em torno da implementação, monitoramento e avaliação da agenda de desenvolvimento sustentável na região e das plataformas relacionadas à mesma sob a perspectiva de direitos humanos, igualdade de gênero e critérios de sustentabilidade ambiental”².

No âmbito dos arranjos institucionais desse Mecanismo, as reuniões do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável ofereceram às organizações e redes da sociedade civil da região um valioso espaço de articulação e diálogo que garante o contato de diferentes grupos com os representantes dos governos e do sistema das Nações Unidas.

A sociedade civil e os governos reconheceram que somente através da cooperação integrada entre múltiplos atores será possível abordar os desafios que a região enfrenta para atingir os ODS. As soluções deverão surgir de uma estrutura de governança participativa, de múltiplos níveis (mundial, regional, nacional e local), baseada no diálogo de múltiplos atores, em que a sociedade civil organizada tem um papel fundamental. Frente aos complexos desafios apresentados pela governança participativa, o Fórum, junto com o Mecanismo de Participação de Sociedade Civil, articula esforços, facilita o diálogo e promove a construção de parcerias entre os governos e as organizações e redes da sociedade civil. O espaço de participação da sociedade civil não deve limitar-se à reunião anual do Fórum, já que sua ação através dos grupos de trabalho existentes no âmbito do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil poderia acelerar a materialização de suas contribuições ao cumprimento da Agenda 2030.

A CEPAL também impulsiona e apoia diversas ações para a implementação da Agenda 2030 no âmbito do trabalho de seus órgãos subsidiários. Trata-se de entidades intergovernamentais que

¹ Veja [on-line] <https://agenda2030lac.org/es/sociedad-civil>.

² Veja [on-line] <https://foroalc2030.cepal.org/2018/es/documentos/mecanismo-participacion-sociedad-civil-la-agenda-desarrollo-sostenible-foro-paises>.

examinam os temas abordados pelas políticas públicas dos países da região, facilitam a cooperação e a aprendizagem entre pares, adotam consensos regionais em suas respectivas áreas de competência e emitem mandatos dirigidos à Secretaria da CEPAL.

Os órgãos subsidiários da CEPAL informam ao Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável acerca de suas contribuições relevantes para a implementação da Agenda 2030. Por sua vez, as presidências dos órgãos subsidiários informam tais contribuições ao fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável.

No último ano foram realizadas reuniões e conferências da maioria dos órgãos subsidiários e reuniões intergovernamentais e de tratados da CEPAL, nas quais se assumiram compromissos e adotaram ações sobre os seguintes temas: a sociedade da informação; os direitos da mulher; o melhoramento das estatísticas; a população e o desenvolvimento; o envelhecimento e os direitos dos idosos; o acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais; o desenvolvimento e a cooperação do Caribe; e a habitação e o urbanismo. Por sua vez, a Primeira Reunião da Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul da América Latina e do Caribe será realizada em maio de 2023.

O avanço e os relatórios sobre o progresso nos temas abordados pelos órgãos subsidiários da CEPAL exigem o impulso dos países e a liderança de seus governos. A experiência sublinha que o apoio técnico da CEPAL, bem como o de outros organismos, fundos e programas das Nações Unidas que ajudam nesses esforços, facilita o avanço na implementação da Agenda 2030 e na elaboração, com base no multilateralismo, de uma narrativa e um conteúdo político das agendas de desenvolvimento da região.

III. Medição do avanço no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030

Em 2015, a Comissão de Estatística das Nações Unidas propôs uma arquitetura para o acompanhamento e exame dos ODS, mediante um conjunto de indicadores definido pelo Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse marco mundial, junto com os indicadores complementares regionais priorizados pelo Grupo de Coordenação Estatística para a Agenda 2030 na América Latina e no Caribe da Conferência Estatística das Américas da CEPAL (CEPAL, 2019), constitui um mecanismo propício para avaliar o avanço na consecução das metas dos ODS até 2030.

A fim de contar com dados robustos e suficientes para construir os indicadores mundiais e os indicadores complementares regionais para o acompanhamento dos ODS promoveram-se agendas de trabalho mundiais e regionais dirigidas a fortalecer as capacidades estatísticas nacionais, mediante investimentos em infraestruturas de dados e informação, aumento das capacidades institucionais e reforço da legislação estatística, entre outros aspectos. Falta abordar o desafio de construir um painel de controle baseado em informação completa e robusta que permita formular políticas que promovam as mudanças necessárias para cumprir os ODS. A região apresenta uma grande heterogeneidade na disponibilidade de cifras, embora os esforços das comunidades estatísticas internacionais, regionais e nacionais permitam contar com informação cada vez mais abundante e de melhor qualidade para fortalecer a análise e o acompanhamento da Agenda 2030 em seu conjunto.

Os dados disponíveis na América Latina e no Caribe permitem analisar 172 indicadores, que representam 66% de todos os indicadores definidos no universo de análise (essa proporção era de 26% em 2020, 42% em 2021 e 56% em 2022). Esses indicadores possibilitam avaliar a tendência correspondente a 126 metas (85% do total), 79 delas cobertas pelos indicadores priorizados na região.

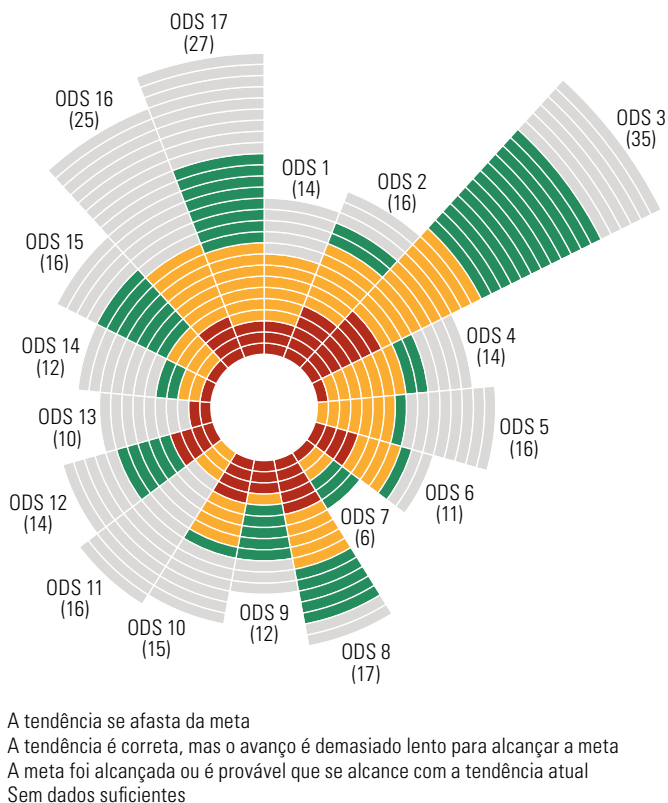
Neste relatório, a elaboração de modelos do comportamento histórico, a partir de um conjunto de variáveis explicativas, considera os efeitos da pandemia de COVID-19 num número significativo de indicadores dos ODS. Mediante prognósticos regionais e sua comparação com os umbrais definidos na Agenda 2030, os indicadores analisados são classificados de acordo com a possibilidade de que as metas sejam alcançadas, segundo as tendências em curso, com e sem intervenções de política. A informação provém da Base de Dados Mundial de Indicadores dos ODS das Nações Unidas, complementada com alguns dos indicadores que os países da região priorizaram para o acompanhamento regional da Agenda; em particular, foram utilizados aqueles em que havia dados suficientes para fazer o exercício de projeção até 2030.

Para facilitar a leitura dos resultados, propõe-se um “semáforo” com luzes verde, amarela e vermelha, que assinalam diferentes situações: i) o grupo destacado em verde inclui as metas que já foram alcançadas ou que, se forem mantidos a tendência e o ritmo atuais, seriam alcançadas em 2030; ii) os grupos em amarelo e vermelho abrangem as metas que, segundo as tendências observadas, não seriam alcançadas em 2030, a menos que se apliquem políticas públicas que acelerem o ritmo de avanço (amarelo) ou revertam a tendência de retrocesso observada (vermelho).

O gráfico 4 apresenta a evolução nos 17 ODS e seus respectivos indicadores, correspondente a toda a região da América Latina e do Caribe. Por exemplo, para o ODS 1 incluímos os 14 indicadores, com as cores do semáforo antes descrito. Em cinza aparecem os indicadores para os quais não há dados suficientes. A região apresenta majoritariamente indicadores que, conforme previsto para 2030, mostram uma tendência correta, mas insuficiente para alcançar os umbrais fixados (grupo amarelo). Observa-se essa situação sobretudo no ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 5 (igualdade de

gênero), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), para os quais mais de 50% dos indicadores apresentam essa característica.

Gráfico 4
América Latina e Caribe: quantidade de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) segundo a possibilidade de que em 2030 se alcance o umbral estabelecido
(Em números)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Inclui 30 indicadores prioritizados para a região. Os indicadores repetidos estão incluídos em todos os ODS correspondentes.

A análise indica que na América Latina e no Caribe 24,6% das metas foram ou seriam alcançadas com a tendência atual; no caso de 48,4% das metas a tendência é correta, mas não suficiente para alcançá-las;

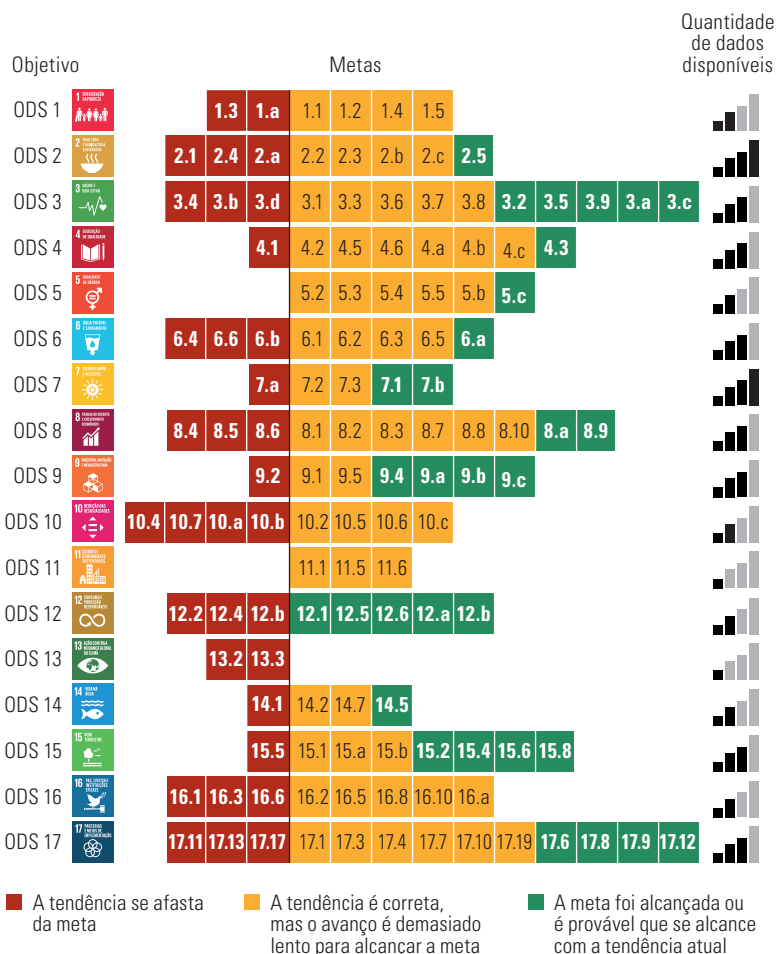
e no caso de 27,0% das metas a tendência é de retrocesso. Estes resultados confirmam os cenários heterogêneos dos anos anteriores e mostram uma leve tendência à queda no número de metas para as quais o prognóstico de alcançá-las é bom. O maior risco de não cumprimento ocorre no ODS 1 (erradicação da pobreza), no ODS 10 (redução das desigualdades), no ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), no ODS 13 (ação contra a mudança global do clima) e no ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes).

Conforme mostra o gráfico 5, os ODS que apresentam melhores possibilidades de atingir as metas correspondentes (ou seja, que apresentam mais metas com probabilidade de serem alcançadas, em relação a metas a respeito das quais o avanço é lento ou se observa um retrocesso) são o ODS 3 (saúde e bem-estar), o ODS 7 (energia limpa e acessível), o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), o ODS 12 (produção e consumo responsáveis), o ODS 15 (vida terrestre) e o ODS 17 (parcerias e meios de implementação).

A heterogeneidade que se observa entre os países no avanço dos ODS e a existência de metas a respeito das quais se avança a um ritmo insuficiente, embora se vá na direção correta, revelam a necessidade de considerar a Agenda 2030 de maneira transversal e integral e de tomar medidas em que os ODS sejam abordados em seu conjunto e se procure resolver os desafios compartilhados em contextos diferenciados.

Para avançar na consecução das metas até os umbrais estabelecidos para 2030, a prospectiva pode ser um valioso aliado: além de proporcionar ferramentas para estabelecer novas medidas ou reforçar as existentes, também é útil para criar visões coletivas de país alinhadas com os ODS, cuja materialização é mais viável do que na ausência desses acordos pelas diversas forças sociais. O estudo de futuros possíveis pode ser uma dimensão da cooperação regional e para isso podemos aproveitar as capacidades com que a América Latina e o Caribe contam na matéria.

Gráfico 5
América Latina e Caribe: metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) segundo a possibilidade de cumprimento até 2030 e porcentagem de metas analisadas por ODS



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Para acompanhar a implementação da Agenda 2030 é preciso contar com estatísticas e indicadores que cubram todos os aspectos definidos nos ODS, abranjam o período subjacente, se refiram a todo o território e incluam todas as desagregações pertinentes, tanto territoriais como relativas a coletivos selecionados. Embora se tenha observado uma crescente disponibilidade de séries estatísticas graças ao investimento em operações estatísticas tradicionais e não tradicionais de coleta de dados, não se pode fazer o acompanhamento de algumas metas e indicadores devido à falta de informação e às poucas observações no tempo.

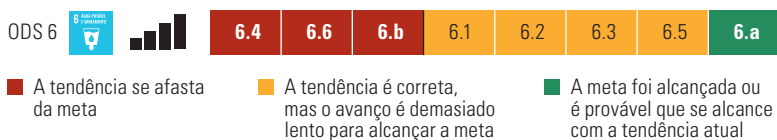
IV. Avanços nos Objetivos 6, 7, 9, 11 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Este relatório examina de maneira particular o avanço em cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o ODS 6, água potável e saneamento; o ODS 7, energia limpa e acessível; o ODS 9, indústria, inovação e infraestrutura; o ODS 11, cidades e comunidades sustentáveis; e o ODS 17, parcerias e meios de implementação.

A. Objetivo 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

A região está desalinhada da trajetória necessária para atingir o ODS 6 (veja o diagrama 1). Embora se tenha avançado na direção correta em algumas das metas, isso ocorreu muito lentamente.

Diagrama 1
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 6, segundo a possibilidade de alcançar o umbral definido em 2030



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Os avanços no cumprimento do acesso ao serviço básico de água potável (meta 6.1) e a serviços de saneamento e higiene adequados (meta 6.2), bem como na melhoria da qualidade da água (meta 6.3), são significativos, mas insuficientes. Para alcançar o ODS 6 em 2030 são necessários investimentos e melhoramentos institucionais e de governança dos recursos hídricos. Além disso, são necessários esforços e compromissos compartilhados para melhorar a implementação, inclusive pactos sociais pela água, que organizem a contribuição e os investimentos de múltiplos atores e arranjos que fortaleçam a institucionalidade hídrica, ainda muito dispersa, com múltiplas atribuições ao longo do ciclo da água e através dos territórios.

Falta retificar o curso das metas 6.4, sobre o uso eficiente dos recursos hídricos, e 6.6, sobre a proteção e restabelecimento dos ecossistemas relacionados com a água. São necessários compromissos políticos e avanços substanciais quanto à regulação, participação da cidadania, soluções criativas baseadas na natureza e incentivos.

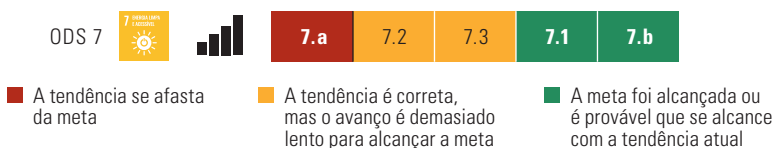
Como preparação da Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em fevereiro de 2023 a CEPAL realizou os Diálogos Regionais da Água na América Latina e no Caribe 2023, que tiveram como resultado a aprovação por parte dos países da Agenda Regional de Ação pela Água, um instrumento de cooperação internacional no âmbito das metas 6.a (ampliar a cooperação internacional para a criação de capacidades, a única meta do ODS 6 que deve ser cumprida) e 6.b (fortalecer a participação das comunidades locais na melhoria da gestão da água). Essa Agenda é um apelo urgente à ação para mobilizar todos os recursos políticos, técnicos e financeiros disponíveis na América Latina e no Caribe e para a região.

B. Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

A energia está se convertendo numa nova indústria transformadora, baseada na inovação e na eficiência, que utiliza fontes renováveis e mais limpas e contribui para gerar empregos de qualidade e desenvolver novas cadeias de valor para a recuperação da economia regional.

Observam-se na região consideráveis avanços na meta 7.1 (universalização do acesso a serviços de energia), embora persista a pobreza energética multidimensional, e na meta 7.b (expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis) (veja o diagrama 2).

Diagrama 2
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 7, segundo a possibilidade de alcançar o umbral definido em 2030



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Embora haja avanços na meta 7.2 (aumento da proporção de energias renováveis), a matriz energética regional continua baseada em grande medida nos combustíveis fósseis e vulnerável a choques geopolíticos externos, em particular no caso dos países importadores de hidrocarbonetos; além disso, persistem desafios instrumentais, regulatórios (subsídios) e de segurança e integração energética cuja superação permitiria avançar com a velocidade necessária para alcançar essa meta.

A meta 7.3 (aumento da eficiência energética) requer atenção considerável, mas, ao mesmo tempo, constitui uma grande oportunidade de transformação. No tocante à meta 7.a (reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, inclusive energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas e promover o investimento em infraestrutura de energia e tecnologias de energia limpa), registra-se um retrocesso que deve ser revertido, pois esta meta é habilitante para alcançar as metas mencionadas anteriormente.

Por causa dos choques externos recentes, é mais evidente a necessidade de incrementar a resiliência energética e aumentar significativamente a segurança energética de todos os países da região. Em consequência do conflito na Ucrânia ocorreu um aumento pronunciado dos preços do petróleo, gás e carvão e ficou em evidência

a fragilidade do acesso seguro à energia, especialmente nos países importadores líquidos de hidrocarbonetos, mas também naqueles cuja matriz apresenta diversificação escassa e baixa proporção de energias renováveis.

A CEPAL propõe políticas de impulso ao investimento que universalizem a cobertura de eletricidade de fontes renováveis, gerem novos empregos verdes e reduzam as emissões de GEE mediante aumento das energias renováveis e melhoramento da infraestrutura. A nova indústria de energia renovável, de geração distribuída e em rede, eletromobilidade e hidrogênio verde pode ser um novo motor de transformação da economia da região, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável.

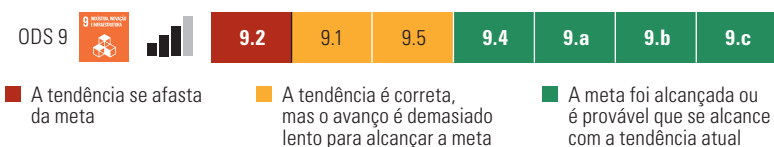
C. Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Quatro das sete metas para as quais se dispõe de informação foram cumpridas ou serão atingidas em 2030. Essas quatro metas são: modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis (meta 9.4), tomando-se como medida a redução de emissões por unidade de valor adicionado; facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente nos países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico (meta 9.a), tomando-se como medida o apoio internacional oficial destinado à infraestrutura; apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacional nos países em desenvolvimento (meta 9.b), tomando-se como medida a proporção do valor adicionado pela indústria de tecnologia média e alta no valor adicionado total; aumentar significativamente o acesso às tecnologias da informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos (meta 9.c), tomando-se como medida a proporção da população com cobertura de rede móvel.

O progresso na meta 9.1 (desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente), fundamental para o avanço em outros ODS, foi um dos mais afetados pela pandemia de COVID-19, já que vários

projetos de infraestrutura (transporte, comunicações, pontes, portos e aeroportos) foram interrompidos para realocar recursos e atender a emergência sanitária e seus efeitos (veja o diagrama 3). Quanto à meta 9.5 (fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais), aumentou o gasto em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB, mas não no ritmo necessário para que se alcance a meta sem ações adicionais de política.

Diagrama 3
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 9, segundo a possibilidade de alcançar o umbral definido em 2030



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A recuperação do rumo para o cumprimento das metas de infraestrutura do ODS 9 exige a intervenção do Estado, devido aos montantes elevados de investimento, prazos longos de planejamento e execução das obras e efeitos multiplicadores sobre outros setores.

No que se refere à meta 9.2 (industrialização inclusiva e sustentável), o índice de industrialização estagnou-se nas duas últimas décadas. A importância relativa da indústria manufatureira no PIB da região diminuiu até chegar a 13% em 2021 (o menor nível nas duas últimas décadas). Contudo, sublinha-se o dinamismo das indústrias do setor de serviços, que deverá ser monitorado de maneira mais próxima.

Quanto à meta 9.4 (modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis), as emissões de dióxido de carbono (CO₂) por unidade de valor agregado manufatureiro mostram uma ligeira tendência à queda entre 2000 e 2019. A eficiência energética manteve-se praticamente constante nas duas últimas décadas, mas atrasou-se em relação a outras regiões do mundo, já que a incorporação de novas tecnologias e a diversificação produtiva para atividades menos intensivas em energia e serviços intensivos em conhecimento foram muito lentas ou estiveram ausentes.

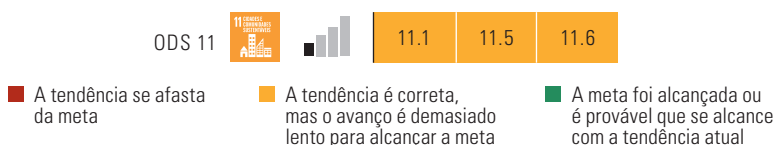
Embora a indústria manufatureira continue tendo um papel importante nas políticas de desenvolvimento produtivo, é essencial formular estratégias que envolvam todos os setores produtivos. As políticas industriais modernas devem incluir as grandes oportunidades nos setores de serviços habilitados pela internet, que estão crescendo vertiginosamente no mundo, mas cuja expansão requer uma série de condições de conectividade, habilidades digitais e marcos regulatórios. Também devem incluir a agricultura sustentável baseada na bioeconomia, os recursos genéticos e a bioindustrialização. Portanto, é necessário adotar políticas produtivas dirigidas à transformação e diversificação, mantê-las no tempo e fortalecer as capacidades do Estado para formular e implementar políticas eficazes (CEPAL, 2022).

Existe um potencial de sinergias e complementaridades produtivas que podem ser fomentadas mediante o desenvolvimento de novas cadeias produtivas regionais. Os investimentos necessários para formar uma indústria moderna e sustentável requerem o estabelecimento de parcerias entre atores de todos os setores da sociedade (governos, setor acadêmico, empresas e sociedade civil) e em diversos níveis (local, nacional e internacional). Somente assim é possível alinhar os esforços para a construção de infraestruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o fomento à inovação.

D. Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Mais da metade dos ODS tem componentes urbanos (ONU-Habitat, 2018). Na América Latina e no Caribe oito de cada dez pessoas vivem em cidades, o que implica desafios e oferece oportunidades significativas. Embora seja escassa a informação regional disponível sobre o ODS 11, em termos agregados registram-se progressos, embora sejam insuficientes. Com relação às três metas para as quais dispomos de dados, observam-se tendências corretas, mas os avanços são demasiado lentos para alcançar os umbrais definidos em 2030 (veja o diagrama 4).

Diagrama 4
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 11 segundo a possibilidade de alcançar o umbral definido em 2030



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Quanto à meta 11.1 (garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível e aos serviços básicos e urbanizar as favelas), são necessárias ações de política para obter o cumprimento até 2030. A população que vive em assentamentos precários diminuiu em termos relativos, mas este avanço estagnou-se e o cenário futuro é preocupante. Fatores como o aumento dos custos de construção, o menor acesso ao crédito e as dificuldades de acesso ao crédito de longo prazo, bem como a perda de espaço orçamentário, conspiram contra o acesso à habitação por parte das famílias de menores recursos. Ao complexo cenário somam-se o impacto da redução da atividade econômica, o aumento do desemprego e a migração.

O acesso a um serviço de mobilidade pública sustentável e de qualidade (meta 11.2) constitui um dos grandes desafios da região. Embora não se conte com dados suficientes para estimar o nível de cumprimento da meta, observa-se na região que a perda de tempo e suas repercussões negativas na qualidade de vida e na produtividade incidem de maneira desproporcional nos domicílios de menores recursos. Nisso conflui também a expansão da mancha urbana, que obriga a percorrer distâncias cada vez maiores e que, embora mostre sinais alentadores em relação ao crescimento da população, ainda está longe de apresentar padrões eficientes que atenuem a segregação urbana.

Com respeito à meta 11.5 (reduzir significativamente o número de mortes causadas por catástrofes), existe o risco de aumento dos eventos hidrometeorológicos vinculados com o clima devido à mudança climática, motivo pelo qual a região deve aumentar os esforços para reduzir as perdas econômicas e humanas provocadas pelos desastres.

Apesar do aumento do número de desastres na região, o número de mortes provocadas por eles diminuiu, mas ainda são necessários maiores esforços de mitigação e adaptação à mudança climática.

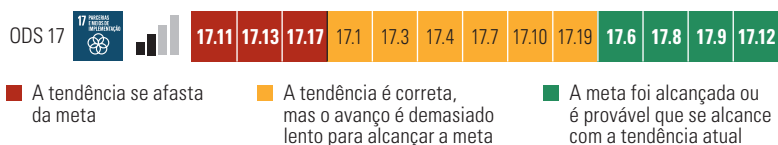
A qualidade do ar nas cidades (meta 11.6) melhorou: entre 2010 e 2019 a região registrou uma redução gradual nos níveis médios anuais de concentração de partículas finas, tanto nas zonas urbanas como nas rurais. Contudo, o avanço é insuficiente para que se alcancem níveis adequados de qualidade do ar.

Para avançar no cumprimento da Agenda 2030 nas cidades é imprescindível fechar as lacunas urbanas em uma tripla dimensão social, econômica e ambiental. Na América Latina e no Caribe, este desafio implica trabalhar em conjunto com as autoridades locais, especialmente nas cidades com mais de um milhão de habitantes, já que estas compreendem 46,1% da população urbana total.

E. Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Para alcançar o ODS 17 é necessário realizar múltiplas ações de colaboração e avanços através de acordos multilaterais, o que se reflete na variedade de metas e indicadores. O diagrama 5 mostra o avanço no cumprimento das metas para as quais dispomos de dados.

Diagrama 5
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 17 segundo a possibilidade de alcançar o umbral definido em 2030



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Com relação às metas de financiamento do desenvolvimento, é preciso que os países da América Latina e do Caribe façam maiores esforços e coordenem políticas para mobilizar recursos internos para o financiamento da Agenda 2030 e tirar o máximo proveito da arrecadação

tributária, como se indica na meta 17.1. É preciso fortalecer as capacidades do Estado, tanto em matéria fiscal como no planejamento do gasto. Ao mesmo tempo, num contexto de recursos públicos limitados, é crucial adotar uma visão estratégica do gasto público que favoreça os investimentos com os maiores retornos econômicos, sociais e ambientais.

Com respeito às metas 17.2 (aumentar a assistência oficial para o desenvolvimento) e 17.3 (mobilizar financiamento adicional para países em desenvolvimento), o financiamento das instituições financeiras internacionais é insuficiente para acelerar o cumprimento dos ODS. Além disso, os países da região enfrentam limitações na mobilização de recursos externos e outros empréstimos preferenciais por sua classificação como países de renda média e média-alta na maioria dos casos. A mobilização de recursos aumentaria se os bancos de desenvolvimento melhorassem sua coordenação em temas como as garantias e a identificação de projetos ambientalmente sustentáveis ou orientados a enfrentar os custos dos desastres de origem climática.

Recomenda-se uma renovação da cooperação internacional com base numa classificação que vá além do PIB *per capita* e capte adequadamente os níveis de desenvolvimento dos países, especialmente os de renda média. Nesta linha, a CEPAL propôs um novo tipo de cooperação que aborde as dificuldades no longo prazo dos países de renda média baseada em três eixos: i) os mecanismos de cooperação devem ser aplicados a países de todos os níveis de desenvolvimento; ii) os instrumentos de cooperação devem levar em conta a heterogeneidade econômica, produtiva e social que caracteriza os países da região e responder às prioridades de desenvolvimento dos países; iii) os países devem contar com uma diversidade de instrumentos para melhorar a cooperação internacional.

A cooperação em matéria de criação e desenvolvimento de capacidade (meta 17.9) mostra notáveis avanços, tanto no que se refere às capacidades públicas como a respeito do interesse e participação do setor privado e da sociedade civil no cumprimento da Agenda 2030. O caminho andado e a trajetória empreendida têm sido muito positivos. Embora os esforços envidados para alcançar as metas precisem de ajustes, imaginação e ações audazes, atualmente conta-se com instituições melhores e capacidades maiores para empreendê-los.

As parcerias que mobilizam e intercambiam conhecimentos para apoiar o cumprimento dos ODS (meta 17.16) através de atividades de cooperação e intercâmbio de boas práticas entre países mostram progresso, embora os dados ainda sejam insuficientes para fazer projeções.

A partir de 2017 na região consolidou-se uma base de dados e aumentou-se a capacidade estatística para a análise de séries de indicadores dos ODS. Embora tenha havido esforços e avanços significativos em matéria de geração de estatísticas (meta 17.18), os dados ainda são insuficientes para tirar conclusões sobre este tema. Quanto à realização oportuna de censos (meta 17.19), a pandemia de COVID-19 provocou o adiamento dos censos programados para 2020 (alguns foram realizados em 2022 e outros estão programados para 2023). Isto foi devido tanto às restrições sanitárias como a cortes nos orçamentos ou dificuldades para cumprir todos os processos relativos à preparação dos censos. Portanto, é necessário realizar maiores esforços para aumentar os recursos destinados à capacidade estatística e à realização oportuna dos censos.

Apesar dos esforços estatísticos, nem todos os avanços regionais podem ser verificados através de indicadores quantificáveis. No âmbito das questões sistêmicas (metas 17.13, 17.14 e 17.15, sobre a coerência normativa e institucional das políticas para o desenvolvimento sustentável), a CEPAL propôs que os países da região mantenham seus esforços destinados a reativar a economia e mudar o modelo de desenvolvimento “colocando no centro desses esforços políticas para a transformação e diversificação produtiva, bem como um grande impulso do investimento público e privado, que permitam acelerar a mudança estrutural e a transformação tecnológica e digital para um elevado desenvolvimento sustentável e inclusivo” (Salazar-Xirinachs, 2022).

No âmbito da consolidação da institucionalidade nos países da região para a implementação e o acompanhamento da Agenda 2030, sua territorialização e o papel cada vez mais protagonista da sociedade civil, destaca-se a criação da Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul da América Latina e do Caribe, um órgão subsidiário da CEPAL que a partir de 2023 abordará, entre outros, os seguintes objetivos, alinhados com as metas do ODS 17: i) promover o fortalecimento dos mecanismos nacionais de cooperação Sul-Sul e triangular, bem como suas possíveis interações com a cooperação Norte-Sul e multilateral;

ii) fomentar a cooperação Sul-Sul e triangular entre os atores regionais e extrarregionais, inclusive países doadores e organismos internacionais, para facilitar a transferência de tecnologia e conhecimento, bem como a realização de atividades conjuntas em matéria de cooperação; iii) examinar as experiências de cooperação Sul-Sul e triangular dos países da região e avançar em sua avaliação, em coordenação com os trabalhos realizados nos demais órgãos subsidiários da CEPAL³.

A Agenda 2030 reconhece no ODS 17 a importância da consolidação do apoio de um conjunto de parcerias que incluem os governos, o setor privado, a sociedade civil e as instituições internacionais para que colaborem e trabalhem juntos porque se entende que os ODS somente serão cumpridos satisfatoriamente se forem estabelecidas parcerias inclusivas sobre uma visão, princípios e valores compartilhados que se concentrem em erradicar a pobreza, proteger o planeta e melhorar a vida e as perspectivas das pessoas.

Para recuperar o impulso que se enfraqueceu devido às urgências atendidas durante as fases mais críticas da pandemia, é necessário fortalecer o progresso registrado em matéria de construção de capacidades institucionais, impulsionado pelo compromisso dos países com a Agenda 2030. Nesse contexto, um grande desafio é atender a complexa conjuntura com um enfoque de longo prazo e gerar estratégias de Estado que visem além dos períodos administrativos específicos dos governos.

³ Veja [on-line] <https://www.cepal.org/es/organos-subsidiarios/conferencia-regional-cooperacion-sur-sur-america-latina-caribe>.

V. Reflexões finais: um olhar para o futuro

A. Propostas para impulsionar o cumprimento dos ODS 6, 7, 9, 11 e 17

A pandemia de COVID-19 obrigou os países a realizar esforços adicionais para enfrentar suas consequências imediatas; atualmente, quando ainda se sentem seus efeitos, surgem outros desafios derivados do cenário mundial. Apesar de estes acontecimentos adversos terem afetado o cumprimento de muitos ODS, a trajetória que os países haviam traçado para seu cumprimento deixou uma capacidade institucional positiva que se reflete nas instituições públicas e privadas e na sociedade civil, as quais se esforçam para cumprir os ODS em todos os níveis e setores.

Constata-se essa pegada institucional na criação de capacidades —tanto no âmbito público como no da sociedade civil, no âmbito central e nos territórios— para adaptar e orientar o trabalho institucional para o cumprimento dos ODS. Para que esta pegada institucional e as capacidades desenvolvidas perdurem e se consolidem, deve-se incluir uma perspectiva de futuro nas iniciativas públicas destinadas a marcar a trajetória para o cumprimento dos ODS e continuar fortalecendo o desenvolvimento sustentável além de 2030.

Para reorientar de maneira efetiva a evolução dos indicadores para o cumprimento das metas dos ODS, é preciso também mudar a gestão das políticas públicas. Além de executar ações para resolver os problemas e desafios de curto prazo, as políticas públicas devem considerar seu efeito em horizontes temporais mais amplos. O

objetivo das conclusões e das medidas e ações de política que se apresentam a título de sugestão neste capítulo é retomar o caminho para o cumprimento dos ODS 6, 7, 9, 11 e 17 e acelerar o ritmo das mudanças necessárias para isso.

Uma primeira proposta que integra os cinco ODS examinados refere-se ao fortalecimento da qualidade e quantidade de informação estatística relevante para o acompanhamento dos indicadores das metas dos ODS. É preciso ampliar a infraestrutura de dados e informações e desenvolver capacidades institucionais, tecnológicas e humanas a fim de poder oferecer respostas rápidas, antecipar-se às necessidades futuras e formular as medidas urgentes necessárias, contribuindo para a aceleração da Agenda 2030. A colaboração entre as instituições responsáveis pelas estatísticas nos países da região deve ser mantida e ampliada no caso de alguns temas e países.

1. Objetivo 6: Água potável e saneamento

Embora nos últimos anos tenham ocorrido avanços significativos na melhoria do acesso a serviços básicos de água potável e saneamento nos países da América Latina e do Caribe, as metas do ODS 6 são mais ambiciosas, já que, além da disponibilidade de água e saneamento, incorporam a gestão segura e sustentável desses serviços, motivo pelo qual a região dificilmente alcançará esse objetivo em 2030.

São necessários esforços e compromissos conjuntos, com a participação dos setores público e privado e da sociedade civil, para organizar as contribuições e os investimentos de múltiplos atores, bem como arranjos que fortaleçam as instituições de recursos hídricos.

Para obter uma transição hídrica sustentável e inclusiva na América Latina e no Caribe é preciso avançar nos cinco eixos transversais e aceleradores do Marco de Aceleração Global do ODS 6⁴ (UN-Water, 2020):

- i) Aumentar o investimento e o financiamento;
- ii) fortalecer a governança e a institucionalidade da água;
- iii) desenvolver maiores capacidades dos funcionários públicos, especialmente dos governos locais;

⁴ Veja [on-line] <https://www.unwater.org/our-work/sdg-6-global-acceleration-framework>.

- iv) fortalecer a produção de informações para melhorar a adoção de decisões e medidas;
- v) fomentar a inovação para melhorar a gestão da água.

2. Objetivo 7: Energia limpa e acessível

É necessária uma combinação de novas políticas energéticas, instrumentos, incentivos e planos de longo prazo, definidos em colaboração com a iniciativa privada e mediante a adoção de inovações tecnológicas. Do mesmo modo, deve-se procurar a progressiva redução dos custos da energia gerada através de fontes renováveis, cada vez mais competitiva.

Uma governança eficaz da transição energética na região requer a definição e a reformulação dos marcos regulatórios e de seus instrumentos de política, para permitir que os recursos renováveis contribuam melhor ao desenvolvimento energético inclusivo e sustentável, bem como a reformulação dos regimes tributários para facilitar um investimento eficiente e sustentável. Esses instrumentos podem ser articulados em um pacto fiscal entre o governo central e os governos subnacionais, com critérios claros de atribuição e aplicação, como ocorreu com êxito em alguns países.

Para obter a transição energética, o barateamento das tecnologias para a geração de energia renovável e o armazenamento dessa energia devem ser acompanhados pelo desenvolvimento de um novo ecossistema institucional, regulatório e de investimento e financiamento. A CEPAL recomenda oito políticas transformadoras que deveriam ser aplicadas no âmbito nacional para acelerar uma transição energética inclusiva e sustentável:

- i) fomentar os investimentos em energias renováveis e infraestrutura dos serviços energéticos;
- ii) universalizar a eletrificação com base em energias renováveis;
- iii) impulsionar a demanda de energias renováveis mediante políticas e planos nacionais de longo prazo;
- iv) desenvolver todas as cadeias de valor das energias renováveis;
- v) orientar a política produtiva para incorporar as tecnologias renováveis;
- vi) aumentar o financiamento de projetos de energias renováveis, inclusive as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D);

- vii) favorecer uma governança com participação e cooperação dos setores público e privado;
- viii) planejar a longo prazo e fomentar a integração energética regional.

3. Objetivo 9: Indústria, inovação e infraestrutura

A aceleração do ritmo de cumprimento das metas do ODS 9 exige a adoção de políticas mais ambiciosas e em maior escala para a transformação e diversificação produtiva, bem como o fortalecimento das capacidades do Estado para formular e implementar políticas eficazes com uma perspectiva de longo prazo, especialmente em matéria de desenvolvimento produtivo e tecnológico e infraestrutura. Para obter uma indústria resiliente e sustentável, alinhar os setores produtivos com os princípios da sustentabilidade e aumentar a capacidade de inovação, propõem-se as seguintes ações:

- i) fomentar o mercado regional mediante o desenvolvimento de cadeias produtivas;
- ii) impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico para que o gasto em P&D alcance 0,7% do PIB (CEPAL, 2022);
- iii) fechar a lacuna de infraestrutura física, o que implica investimentos equivalentes a 6% do PIB da região entre 2016 e 2030 (Sánchez e outros, 2017);
- iv) fortalecer o papel do Estado na provisão de serviços de infraestrutura básicos e promover a participação de outros atores que assumam parte dos custos econômicos;
- v) melhorar a resiliência da infraestrutura, o que representaria uma poupança considerável nos custos de manutenção e uma menor probabilidade de interrupções;
- vi) fomentar a infraestrutura verde, mediante a criação de uma rede de zonas naturais e seminaturais e de outros elementos ambientais, planejada, criada e gerida para a prestação de serviços ecossistêmicos;
- vii) realizar um exercício de prospectiva sobre o tipo de especialização produtiva que a região deseja impulsionar e alinhar a infraestrutura energética, o transporte e o modelo urbano com esse modelo;

- viii) promover iniciativas de clusters como ferramentas para as políticas de desenvolvimento produtivo de grupos específicos de cadeias de valor;
- ix) incorporar em maior medida as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no âmbito produtivo e potencializar seu impacto, apoiando tendências tecnológicas disruptivas, como a inteligência artificial, a Internet das coisas, as cadeias de blocos e as redes móveis de nova geração;
- x) impulsionar a transformação digital, mediante a geração de condições propícias em matéria de conectividade e desenvolvimento de habilidades; o desenvolvimento de soluções digitais relevantes para a população; o impulso à transformação digital produtiva; o estabelecimento de uma governança digital com políticas, estratégias e institucionalidade; e o fortalecimento da cooperação e integração através de um mercado digital regional.

4. Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis

A elevada proporção da população que vive em cidades e a trajetória ascendente que se prevê para o futuro (calcula-se que 86,5% dos latino-americanos e caribenhos viverão em cidades em 2030) justifica a alta prioridade que deve ser atribuída ao desenvolvimento harmônico das cidades, com políticas que combinem elementos econômicos, sociais e ambientais para melhorar a qualidade de vida da população e aproveitar eficazmente as economias de aglomeração. Adiante, apresentam-se algumas propostas de políticas transformadoras para impulsionar o cumprimento do ODS 11:

- i) otimizar a mobilidade nas cidades, através da diminuição dos custos do transporte de carga e a redução do tempo de viagem das pessoas;
- ii) delinear estratégias de habitação, principalmente em matéria de antecipação ao possível crescimento dos assentamentos informais, diversificar a oferta habitacional e ampliar a oferta de solo urbano, bem localizado e em zonas seguras;
- iii) inovar em matéria de financiamento urbano, com uma maior articulação das políticas públicas em matéria de integração dos planos de ação climática, mobilidade e gestão do solo;

- iv) melhorar as estratégias de redução da poluição nas cidades e promover cidades circulares e resilientes.

5. Objetivo 17: Parcerias e meios de implementação

Após a pandemia, é preciso recuperar a alocação de recursos —financeiros e não financeiros— para atenuar os retrocessos observados na trajetória de numerosos indicadores. O esforço corresponde tanto aos governos como ao setor privado, sociedade civil e instituições internacionais de cooperação, que devem coordenar sua colaboração, com a liderança do Estado.

No tocante ao estabelecimento de parcerias para o cumprimento dos ODS, é necessário redobrar os esforços orientados a facilitar a consecução de todas as metas, particularmente aquelas cuja trajetória mostra retrocesso ou indica que seu cumprimento não será possível.

Adiante, apresentam-se recomendações de ações de cooperação e parcerias para facilitar o rápido avanço no cumprimento dos ODS:

- i) estabelecer uma cooperação com novas bases além do PIB *per capita* que captem adequadamente os níveis de desenvolvimento sustentável dos países, especialmente os de renda média. Esta cooperação baseia-se em três eixos: os mecanismos de cooperação devem ser aplicados a países de todos os níveis de desenvolvimento; os instrumentos de cooperação devem levar em conta a heterogeneidade econômica, produtiva e social que caracteriza os países da região e responder às suas prioridades de desenvolvimento; e os países devem contar com uma diversidade de instrumentos para melhorar a cooperação internacional;
- ii) fortalecer a cooperação entre as instituições nacionais e regionais de desenvolvimento para aumentar o acesso aos fundos para o desenvolvimento, melhorar a eficiência da administração e compartilhar as melhores práticas para financiar atividades relacionadas com o cumprimento dos ODS;
- iii) melhorar a capacidade para mobilizar recursos internos mediante reformas fiscais progressivas que elevem significativamente e de maneira duradoura a carga tributária na maioria dos países.

B. Estratégia, prospectiva e planejamento para retomar o caminho para o cumprimento dos ODS

As políticas para o avanço no cumprimento dos ODS devem estar impregnadas de uma visão estratégica de longo prazo como a facilitada pela disciplina da prospectiva. A elaboração de cenários de futuro e sua articulação com as políticas, planos e programas contribuem significativamente para a formulação de estratégias de desenvolvimento sobre bases sustentáveis e duradouras (Bitar, Máttar e Medina, 2021).

A exploração e a análise de cenários alternativos de futuro oferecem a oportunidade de executar um processo participativo para escolher coletivamente um futuro possível e desejável, como o que propõem os ODS, que, com o apoio das políticas públicas e do planejamento, possa se materializar através do diálogo e da ação democráticos e inclusivos e da liderança do Estado. A elaboração de cenários de longo prazo implica incerteza e riscos maiores do que a priorização de curto prazo, mas possibilita um amplo espaço de reflexão, discussão e acordo para a tomada de decisões transcendentais e transformadoras.

Na região, a cultura de reflexão e ação para o futuro é fraca. Enfrentar os desafios e as crises com uma estratégia de longo prazo ancorada nos ODS deve constituir uma prioridade para os governos, o setor privado e a sociedade civil; para isso, é necessário fortalecer as instituições do Estado e desenvolver novas capacidades de análise, prospecção e previsão que enriqueçam o processo de políticas públicas. As transformações de que a região necessita não ocorrerão num único período de governo; são necessárias políticas de Estado com visão de futuro, blindadas frente aos vaivéns no exercício do poder governamental que são habituais na América Latina e no Caribe.

Precisamos de um Estado renovado para avançar na transformação do modelo de desenvolvimento e no caminho para o desenvolvimento sustentável. Também precisamos de um Estado proativo, que exerça sua liderança e atue rapidamente, com conhecimento e eficácia, ante o surgimento de fenômenos inesperados na rota para o desenvolvimento e corrija a trajetória de acordo com as exigências da sociedade e levando em conta os sinais do mercado.

A transição de políticas de governo para políticas de Estado implica uma transformação ou repriorização dos objetivos, em que a dimensão temporal e a estratégia passam a ser os pilares das políticas públicas. A transição nos leva da atenção ao imediato para a análise prospectiva, do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável, da gestão da crise ao planejamento do desenvolvimento, do olhar focalizado à visão estratégica, da atenção à conjuntura à gestão da mudança estrutural. Isto não significa esquecer a crise nem desatender as necessidades imediatas; trata-se de gerir os dilemas intertemporais que podem surgir para harmonizar os propósitos das políticas públicas no espaço e no tempo de acordo com as circunstâncias, a conjuntura e a visão de futuro estabelecidas coletivamente pelos atores sociais com a coordenação do Estado.

Para institucionalizar a prospectiva nas políticas públicas são necessárias estratégias que se estendam por cerca de uma década, com ações transversais, plurissetoriais, multiescalares e interinstitucionais, que sejam o resultado de consensos entre o governo, o setor privado e a sociedade civil, como atores centrais do desenvolvimento (Bitar, Máttar e Medina, 2021).

A incorporação da prospectiva nas políticas públicas é essencial para avançar no cumprimento da Agenda 2030, bem como para aspirar a metas mais desafiantes e horizontes mais distantes. Cada país deverá decidir sobre as formas de institucionalidade e as tarefas a serem priorizadas.

A visão de um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável exige ajustes consideráveis no modelo de desenvolvimento latino-americano e caribenho. Isso supõe uma mudança cultural na região, com a qual seria viável impulsionar com êxito as mudanças organizacionais e de governança necessárias para empreender iniciativas transformadoras e acelerar o ritmo de cumprimento da Agenda 2030.

C. Iniciativas transformadoras

A fim de orientar com maior determinação os esforços dos países para acelerar o cumprimento dos ODS, a região conta com um ativo de capacidades institucionais significativo, forjado especialmente nos

últimos oito anos mediante a realização de processos e a formação de organizações responsáveis pelo acompanhamento e exame do progresso no cumprimento dos ODS.

Para revitalizar os meios de implementação e os esforços de todos os atores vinculados ao desenvolvimento sustentável, é necessária uma combinação de compromissos que se traduzam em estratégias transformadoras e iniciativas de alto impacto que acelerem o progresso no cumprimento dos Objetivos. É preciso potencializar iniciativas com capacidade de gerar efeitos multiplicadores no maior número de ODS.

A CEPAL identificou sete iniciativas transformadoras que contam com a capacidade sinérgica de impulsionar simultaneamente o cumprimento de diversos ODS, em particular os analisados no documento *A América Latina e o Caribe na metade do caminho para 2030: avanços e propostas de aceleração*. As primeiras seis iniciativas aprofundam a narrativa e as propostas de políticas que a CEPAL ofereceu aos países-membros no documento apresentado em seu trigésimo nono período de sessões (CEPAL, 2022). Adiante, descrevem-se as sete estratégias.

1. A transição energética e as indústrias relacionadas

A modernização da matriz energética e a redução da intensidade energética da economia, que constituem o núcleo do ODS 7, têm impactos positivos no impulso de novos setores industriais e seus encadeamentos produtivos, com previsíveis efeitos na inovação e nos serviços, associados ao cumprimento do ODS 9, bem como na criação de empregos e na redução das emissões de gases de efeito estufa, relacionados com o ODS 13. A transição energética, assinalada pelo hidrogênio verde, o lítio e a eletromobilidade, exige o estabelecimento de parcerias duradouras entre atores comprometidos com uma visão de futuro sustentável.

2. A bioeconomia: agricultura sustentável e bioindustrialização

A bioeconomia pode converter-se em motor do crescimento sustentável e inclusivo. Inclui a produção, utilização, conservação e regeneração de recursos biológicos, bem como os conhecimentos, a ciência, a

tecnologia e a inovação relacionados, para proporcionar informação, produtos, processos e serviços em todos os setores econômicos, com o propósito de avançar rumo a uma economia sustentável e inclusiva (IACGB, 2018). A bioeconomia se desenvolve rapidamente e pode ter efeitos positivos no cumprimento dos ODS 9, 13, 14 e 15, bem como na segurança alimentar e nutricional e na luta pela erradicação da fome e, com isso, na consecução do ODS 2.

3. A transformação digital

As tecnologias digitais, diretamente relacionadas com o ODS 9, estão transformando os modelos de produção e consumo em todos os setores e ampliando o potencial de aumentar a produtividade através do uso de grandes dados, conhecimento e informação, o que se relaciona com o cumprimento do ODS 12. Trata-se do crescimento de tecnologias digitais avançadas, as redes móveis de quinta geração (5G), a Internet das coisas, a computação em nuvem, a inteligência artificial, a análise de macrodados e a robótica, entre outras.

4. A promoção das exportações de serviços modernos habilitados pela Internet

Os serviços modernos foram a categoria mais dinâmica do comércio mundial nas últimas décadas e representam quase dois terços do comércio mundial de serviços. Trata-se de atividades em que a exportação é feita principalmente mediante a Internet e outros meios digitais, como os serviços empresariais, profissionais, financeiros, de engenharia, de desenho, educacionais e médicos.

As exportações de serviços modernos têm um grande potencial na região para produzir avanços em vários ODS simultaneamente: i) favorecem os fluxos de conhecimento entre as economias e fazem com que as empresas se beneficiem dos efeitos indiretos do conhecimento local (ODS 9), o que por sua vez impulsiona o crescimento e a produtividade; ii) ocupam trabalhadores de média e alta qualificação, o que contribui à geração de empregos de qualidade (ODS 8); iii) têm um alto potencial de incidência na qualidade dos serviços de educação (ODS 4) e saúde (ODS 3); iv) podem ser um novo motor para a integração regional, dado que as barreiras físicas não limitam o comércio desses serviços tanto

como o de bens; v) têm o potencial de reduzir as lacunas de gênero (ODS 5) mediante o uso da Internet; vi) contribuem ao cumprimento dos Objetivos relacionados com o clima (ODS 6, 7 e 11 a 15), por sua natureza intangível e por sua contribuição à difusão e aplicação das melhores soluções ambientais ao menor custo nos países da região.

5. A sociedade do cuidado e a igualdade de gênero

No contexto da transição demográfica e epidemiológica pela qual a região está passando, prevê-se um aumento acentuado da demanda de cuidados, motivo pelo qual os setores do cuidado têm um importante potencial de dinamizar as economias e gerar empregos. O direito ao cuidado é um direito humano reconhecido em pactos e tratados internacionais a todas as pessoas, independentemente de sua situação de vulnerabilidade ou dependência. Para seu cumprimento é necessário trabalhar em vários ODS, como os que se referem à igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), saúde e bem-estar (ODS 3), redução das desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

6. Turismo sustentável

A transformação do turismo tem repercussões em todo o mundo e um alto potencial de sinergia com diversos motores do progresso e vários ODS. O turismo representa 10% do PIB mundial e 30% das exportações de serviços, ao mesmo tempo que cria um de cada dez empregos no mundo⁵. A Agenda 2030 contém metas específicas para a criação e o acompanhamento de políticas de fomento ao turismo sustentável que crie empregos e promova a cultura e os produtos locais (ODS 8 e 12), bem como para o uso sustentável dos recursos marinhos (ODS 14).

A criação de empresas turísticas sustentáveis e empregos de qualidade teria especial impacto na promoção da igualdade e do empoderamento das mulheres (ODS 5), no melhoramento de sua participação na indústria (ODS 9) e no aumento de seu acesso a serviços de saúde (ODS 3), já que as mulheres são proprietárias de metade das empresas turísticas da região e representam cerca de 60% da força

⁵ Veja [on-line] <https://tourism4sdgs.org/tourism-for-sdgs/tourism-and-sdgs/>.

de trabalho, mas tendem a ocupar os cargos de menor remuneração, têm menos acesso a financiamento e apenas 25,9% estão afiliadas ou contribuem a um sistema de previdência social (CEPAL, 2020 e 2021b).

O turismo sustentável também tem o potencial de contribuir à redução da pobreza rural (ODS 1 e 10), especialmente se considerarmos que 80% das pessoas em condições de pobreza extrema vivem em zonas rurais (OMT, 2020), onde se situam muitas das atrações turísticas da região. O turismo pode contribuir para fechar algumas das lacunas mais persistentes que as zonas rurais enfrentam, mediante a dotação de infraestrutura resiliente e inclusiva (ODS 6, 7, 9 e 11), a profissionalização dos empregos turísticos (ODS 4) e o fomento à inovação empresarial (ODS 9 e 12).

7. Integração econômica regional

Os países da América Latina e do Caribe, com poucas exceções, têm uma reduzida integração produtiva e comercial entre si. Em 2021 o comércio intrarregional representou apenas 15% das exportações totais (CEPAL, 2021a), o que dificulta o avanço para uma recuperação inclusiva e transformadora em conformidade com a Agenda 2030. Para a maioria dos países da região, o comércio intrarregional é o mais intensivo em manufaturas, o que apresenta a gama mais ampla de produtos e o que concentra a maior participação de empresas, especialmente as pequenas e médias empresas (CEPAL, 2021a). Isso lhe confere um papel crucial no cumprimento dos ODS vinculados com a diversificação produtiva, o emprego decente e a industrialização (ODS 8 e 9). Além disso, em comparação com as exportações extrarregionais, o comércio intrarregional se caracteriza por apresentar um menor conteúdo de matérias-primas e menores distâncias de transporte. Ambos os elementos contribuem para os objetivos de sustentabilidade ambiental plasmados nos ODS 12, 13 e 15, entre outros.

Bibliografía

- Bitar, S., J. Máttar e J. Medina (2021), *El gran giro de América Latina: hacia una región democrática, próspera, sostenible e incluyente*, Cali, Universidad del Valle, junho [on-line] https://bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/handle/10893/20249/el_gran_giro_de_america_latina_ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2022), *Hacia la transformación del modelo de desarrollo en América Latina y el Caribe: producción, inclusión y sostenibilidad* (LC/SES.39/3-P), Santiago.
- (2021a), *Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe, 2020* (LC/PUB.2020/21-P), Santiago.
- (2021b), “La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad”, *Informe Especial COVID-19*, fevereiro.
- (2020), “Medidas de recuperación del sector turístico en América Latina y el Caribe: una oportunidad para promover la sostenibilidad y la resiliencia”, *Informes COVID-19*, Santiago, julho.
- (2019), *Informe de las actividades del Grupo de Coordinación Estadística para la Agenda 2030 en América Latina y el Caribe* (LC/CEA.10/6), Santiago, novembro.
- Genta, N. e outros (2022), “Panorama del desarrollo territorial de América Latina y el Caribe 2022”, *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2022/132), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Guterres, A. (2023), “Today We Must Begin ‘Moving Recommendations in Our Common Agenda from Ideas to Action—from Abstract to Concrete’” (SG/SM/21686), 13 de fevereiro [on-line] <https://press.un.org/en/2023/sgsm21686.doc.htm>.
- IACGB (International Advisory Council of the Global Bioeconomy Summit) (2018), *Communiqué: Innovation in the Global Bioeconomy for Sustainable and Inclusive Transformation and Wellbeing*, Berlim.

- Nações Unidas (2021), *Nuestra Agenda Común. Informe del Secretario General*, Nova York [on-line] <https://www.un.org/es/content/common-agenda-report/>.
- OMT (Organización Mundial do Turismo) (2020), *Recomendaciones de la OMT sobre turismo y desarrollo rural: una guía para convertir el turismo en una herramienta de desarrollo rural efectiva*, Madrid.
- ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) (2018), *Tracking Progress Towards Inclusive, Safe, Resilient and Sustainable Cities and Human Settlements. SDG 11 Synthesis Report – High Level Political Forum 2018*, Nairóbi.
- Salazar-Xirinachs, J. (2022), "Hacia la transformación del modelo de desarrollo en América Latina y el Caribe", Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 31 de outubro [on-line] <https://periododesesiones.cepal.org/39/es/noticias/la-transformacion-modelo-desarrollo-america-latina-caribe>.
- Sánchez, R. J. e outros (2017), "Inversiones en infraestructura en América Latina: tendencias, brechas y oportunidades", *série Recursos Naturais e Infraestrutura*, N° 187 (LC/TS.2017/132), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- UN-Water (2020), "Marco de Aceleración Global del ODS 6" [on-line] <https://www.unwater.org/our-work/sdg-6-global-acceleration-framework>.



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)
www.cepal.org



LC/FDS.6/4/Rev.1